

Estrutura produtiva e a dinâmica urbano-regional no Estado do Piauí (1990-2019)

Productive structure and urban-regional dynamics in the State of Piauí, Brazil (1990-2019)

DOI: <https://dx.doi.org/10.26694/2764-1392.3961>

Leonardo Rodrigues Porto¹

Resumo: Neste artigo tem-se por objetivo discutir a dinâmica urbano-regional do Piauí, neste início de século XXI. Para isso, considerou-se a configuração do que denominamos de região de influência de Teresina (RIT), com base na pesquisa REGIC-2018, divulgada pelo IBGE. Tem por base, portanto, a forma como as cidades estão funcionalmente articuladas entre si e a hierarquia que se estabelece entre elas, consubstanciando a maneira como se manifestam as suas características econômico-espaciais. A análise dos dados revelou um caráter ao mesmo tempo concentrado e disperso da dinâmica urbano-regional do Estado, com destaque para Teresina, mas com relevância do segundo nível hierárquico de cidades (Parnaíba, Picos e Floriano) devido aos papéis desempenhados em seus espaços sub-regionais. Por outro lado, verifica-se um conjunto mais disperso de cidades que contribuem para o arranjo socioespacial daquele território. Municípios como Bom Jesus e São Raimundo Nonato despontam em importância por estarem situados em áreas dinâmicas distintas de onde estão as principais cidades. Em suma, o conjunto desses elementos permite avaliar a estrutura produtiva do referido estado e a maneira pela qual a economia se manifesta por seu território, aspectos fundamentais para se pensar o desenvolvimento regional e urbano do Piauí.

Palavras-chave: Centros urbanos; Cidades intermediárias; Desenvolvimento regional e local; Distribuição espacial; Urbanização (Brasil-Piauí).

Abstract: In this article we aim to discuss the urban-regional dynamics of Piauí at the beginning of the 21st century. For this, we considered the configuration of the Teresina's region of influence (RIT), based on the REGIC-2018 survey, released by IBGE. It is based, therefore, on the way in which cities are functionally articulated with each other and the hierarchy that is established between them, consubstantiating the way in which their economic-spatial characteristics are manifested. Data analysis revealed a concentrated and dispersed character of the state's urban-regional dynamics, with emphasis on Teresina, but with relevance of the second hierarchical level of cities (Parnaíba, Picos and Floriano) due to the roles played in their areas of influence. In addition, there is a more dispersed set of cities that contribute to the socio-spatial arrangement of that territory. Municipalities like Bom Jesus and São Raimundo Nonato stand out in importance because they are in dynamic areas different from where the main cities are located. Thus, the set of these elements makes it possible to assess the productive structure of that state and the way in which the economy manifests itself in its territory, fundamental aspects for thinking about the regional and urban development of Piauí.

Keywords: Urban centers; Intermediate cities; Regional and local development; Spatial distribution; Urbanization (Brazil-state of Piauí).

Artigo recebido em 17/2/2023. Aceito em 25/4/2023.

¹ Doutor em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/UNICAMP). Professor e pesquisador-bolsista de pós-doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Economia Regional e Políticas Públicas da Universidade Estadual de Santa Cruz (PERPP/UESC).

E-mail: lrdporto@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5296-2509>

Introdução

O objetivo neste artigo é discutir a dinâmica urbano-regional recente do Estado do Piauí, estabelecida por meio de suas redes de cidades. A investigação recaiu sobre o período iniciado a partir dos anos 1990 até 2019, conforme o tipo de dado utilizado. Para a análise objetiva deste tema, adotou-se a configuração atual da região de influência de Teresina (RIT) com base em critérios definidos pela pesquisa Regiões de Influência das Cidades (REGIC-2018), formulada pelo IBGE (2020). Considera-se, portanto, a forma como as suas cidades estão funcionalmente articuladas entre si e a hierarquia que se estabelece entre elas, consubstanciando a maneira como manifestam as suas características econômico-espaciais.

De acordo com Porto (2022), a dinâmica urbano-regional é reflexo de como diferentes relações socioeconômicas influenciam a maneira pela qual a sociedade se organiza espacialmente. Para sua compreensão, é preciso considerar as especificidades espaciais, uma vez que a dinâmica urbano-regional não se manifesta igualmente em todos os lugares. Também é necessário considerar seus condicionantes históricos, o que implica em conhecer o conjunto de determinações que ocorrem sob distintas escalas espaciais e que têm rebatimentos sobre o território analisado, conforme proposto por Egler (1991).

A importância deste tipo de análise consiste no fato de que a conformação de um sistema urbano-regional piauiense está associada às mudanças produtivas e às tendências do desenvolvimento regional. Dessa maneira, podemos obter uma visão de conjunto, isto é, uma análise integrada das transformações socioeconômicas piauienses. Essas transformações decorrem tanto da importância relativa que tem o seu principal centro urbano – a capital estadual, Teresina – como do movimento de interiorização do crescimento econômico, seja no sentido sudoeste do Estado – área de expansão da agricultura exportadora – ou no litoral, onde está o município de Parnaíba e sua região metropolitana recém-criada.

A análise dos dados revelou um caráter ao mesmo tempo concentrado e disperso da dinâmica urbano-regional do Piauí, capitaneada por Teresina – integrada à rede de cidades de Fortaleza, CE –, mas com relevância do segundo nível hierárquico de cidades cuja influência se manifesta em seus respectivos espaços sub-regionais. Essa característica estrutural manifesta-se tanto na distribuição espacial da população como nos níveis de concentração econômica e desequilíbrios regionais dentro do Estado. Não obstante, algumas dinâmicas novas emergem das áreas de expansão da agricultura exportadora que requer pensar o papel de cidades com mais baixos níveis de hierarquia urbana, mas que podem vir a desempenhar papéis fundamentais nessas áreas por estarem aí localizadas.

Além desta Introdução, o texto divide-se em mais 4 seções, na seguinte ordem: 2. Referencial teórico; 3. Aspectos metodológicos; 4. Resultados e discussões; 5. Conclusão.

1 Determinações da dinâmica urbano-regional brasileira após 1990: aportes teóricos

O estudo da rede urbana passa por entender como as cidades estão estruturadas pelo território e se articulam espacialmente em diferentes níveis de hierarquia urbano-regional. Assim, a configuração regional de um sistema de cidades tem relações com o movimento mais geral das transformações econômicas e sociais. De acordo com Porto (2022), os efeitos dessas transformações sobre a rede urbana decorrem de diferentes níveis de determinação – desde o global até os mais diretamente ligados às respectivas localidades, passando por mediações de outras escalas, em especial a escala nacional (BRANDÃO, 2006).

Nesse sentido, a composição e a estrutura da rede de cidades que se organiza no interior de um país ou região fornece elementos relevantes para compreendermos aspectos de sua dinâmica demográfica recente e distribuição espacial da população. Com efeito, a rede urbana corresponde a uma espécie de “armadura da estrutura socioespacial” por onde se dá os principais fluxos sociodemográficos e socioeconômicos regionais (IPEA, IBGE e UNICAMP, 2001). É também a rede urbana que organiza espacialmente os municípios brasileiros (BRITO e PINHO, 2015).

Segundo o IBGE (2008; 2020), a rede urbana brasileira tem caráter policêntrico e se organiza desde o nível das metrópoles – com destaque para São Paulo como a Grande Metrópole Nacional – até os pequenos centros locais, que não exercem influência sobre outras localidades. As cidades do nível metropolitano são as maiores aglomerações urbanas do país e possuem maior nível de complexidade e gestão sobre o território. Possuem mais fortes relacionamentos entre si e áreas de influência mais extensas (IBGE, 2020; 2008).

Em seguida, as Capitais Regionais se relacionam diretamente com as metrópoles, com capacidade de gestão em nível inferior ao dessas, e servem de destino para grande número de atividades por um conjunto numeroso de municípios, definindo a sua área de influência (IBGE, 2020; 2008). Por sua vez, os Centros Sub-regionais são núcleos urbanos de porte intermediário, mas que desempenham atividades de gestão menos complexa e áreas de influência pouco extensas, comparadas às anteriores.

Seguindo o rol da hierarquia urbano-regional brasileira, no próximo nível estão os Centros de Zona e os Centros Locais. Esses dois grupos figuram entre os menores níveis de centralidade. Os Centros de Zona são núcleos urbanos de menor porte e atuação restrita às suas áreas de influência imediatas. Isso não quer dizer, contudo, que não desempenhem funções regionais relevantes, sobretudo, nas diferentes áreas do interior da região Nordeste. De acordo com Porto e Miranda (2019), por exemplo, em decorrência da estrutura vertical da rede urbana nordestina, o relativo isolamento (ou distanciamento geográfico) dessas cidades com outros centros urbanos de maior porte faz com que elas

assumam papéis e funções que não costumam ser assumidos por este nível hierárquico em outras partes do território nacional. Por fim, de acordo com o IBGE (2020; 2008), os Centros Locais formam um conjunto numeroso de núcleos urbanos com centralidade e atuação que não extrapolam os limites municipais, além de apresentarem população bastante reduzida. Com isso, são cidades que não possuem outros municípios em sua área de influência, servindo apenas aos seus habitantes locais.

Temos, então, a rede urbana nos fornecendo a hierarquia que é dada pelo nível de centralidade das cidades e, também, as relações que esses núcleos estabelecem com as suas respectivas regiões de influência, dando um caráter territorial aos distintos processos espaciais. Isso exige que se observe como se dá a dinâmica urbano-regional (PORTO, 2022) nas diferentes porções do território. Por esses motivos, importa analisar algumas características da dinâmica econômico-espacial, sob o prisma da sua rede de cidades e por distintas perspectivas territoriais.

Essa investigação do desempenho econômico-espacial visa caracterizar os elementos constitutivos da dinâmica urbano-regional (PORTO, 2022). Desse modo, por um lado, temos o avanço de um processo de urbanização e de transformação de suas redes de cidades e, por outro, um conjunto amplo de determinações que passa a afetar a dinâmica regional com desdobramentos sobre o território. De acordo com Porto (2022, p. 1), “a dinâmica urbano-regional reflete a forma pela qual as diferentes relações socioeconômicas influenciam o arranjo espacial da sociedade, num certo período de longa duração”. Isso significa que vão se constituindo diferentes padrões espaciais decorrentes das articulações do território com as transformações econômicas que ocorrem em nível internacional, nacional e regional ou local. Nesse sentido, a dinâmica urbano-regional expressa a maneira como os diferentes espaços econômicos do território se integram entre si e com o restante da economia (nacional e mundial).

Para a discussão e compreensão de como se dá essa dinâmica, é preciso avaliar como tem evoluído o seu nível de atividade econômica e sua composição segundo os grandes setores da economia. Com isso, é possível identificar aspectos da sua hierarquia urbano-regional e, principalmente, de sua trajetória recente de crescimento econômico e desenvolvimento social. Porém, o desempenho econômico e social de um ente subnacional depende de um conjunto muito amplo de determinações. Esse é o caso do Estado do Piauí, cuja estrutura produtiva está inserida e integrada a uma economia nacional de grande porte articulada com todo o sistema econômico mundial. Em face disso, as múltiplas determinações econômico-espaciais da economia nacional terão os seus reflexos sobre a estrutura produtiva regional e, por conseguinte, estadual.

No âmbito teórico, estamos afirmando que o processo de desenvolvimento está relacionado e subordinado no espaço em diversas escalas com diferentes níveis de determinação e isso implica em estabelecer as articulações existentes entre eles (EGLER, 1991). Com efeito, a economia capitalista contemporânea alcançou grau tão elevado de complexidade que é preciso recompor seus principais elementos constitutivos para se compreender como esses elementos se inter-relacionam e se manifestam nos diferentes espaços regionais (CANO, 2012).

No que diz respeito às transformações estruturais do sistema econômico mundial, Serfati (2011) identificou maior e mais forte inter-relação entre o setor produtivo e as finanças, com as grandes corporações transnacionais assumindo papéis de comando e de centralização dos ativos financeiros. São essas corporações que estão à frente dos processos globais de valorização – e/ou das chamadas cadeias globais de valor (CGV). A maior dominância das finanças também repercutiu na emergência de um novo padrão sistêmico de riqueza (BRAGA *et al*, 2021). Existe agora um profundo entrelaçamento global entre bancos, indústrias transnacionais, corporações de serviços e os grandes rentistas que operam no circuito financeiro internacional. Essa expansão da riqueza financeira mundial contrastou com a queda das taxas médias de crescimento das principais economias capitalistas. Verificou-se o deslocamento geográfico da produção em direção ao leste e sudeste asiáticos, bem como o maior processo de reestruturação e integração global das estruturas produtivas.

O deslocamento geográfico da produção e o processo de fragmentação produtiva são os dois traços mais característicos do processo de globalização produtiva (GONÇALVES, 1998). A globalização é um processo crescente de interdependência dos sistemas econômicos nacionais, no âmbito produtivo, comercial e financeiro, aprofundando as relações econômicas internacionais e modificando a escala dessas relações. De acordo com Gonçalves (1998), a globalização produtiva envolve a interrelação entre os processos de internacionalização da produção e de integração entre as estruturas produtivas nacionais. Isso significou um novo padrão de crescimento industrial e de concorrência intercapitalista no âmbito mundial, que se aprofunda neste início de século XXI, sobretudo, após a crise financeira internacional, em 2008.

Em resumo, a organização da atividade produtiva passou a ser cada vez mais planejada em escala multinacional e sob influência das grandes corporações, o que reduziu o poder de influência e de negociação de agentes que operam exclusivamente em âmbito nacional (FURTADO, 1998). Em meio a esse movimento, o início do século XXI ficou marcado pela expansão da demanda por produtos primários, movidos pelo denominado “efeito China”. Sobre isso, o processo de integração e crescimento econômico asiático – com a ascensão da China – são elementos relevantes para entender

essa nova dinâmica econômica mundial. Verificou-se um reordenamento de grande envergadura da economia mundial, provocando o reposicionamento estratégico das empresas estadunidenses e da União Europeia com relação à Ásia. Já os países latino-americanos beneficiaram-se do forte crescimento da exportação de *commodities* ligadas aos setores energético, alimentício e de minerais.

Para Werner (2020, p. 146), a própria compreensão das dinâmicas regionais brasileiras, face às mudanças do capitalismo global, envolve o “entendimento do papel da economia chinesa enquanto agente dominante no processo de acumulação e organização dos territórios”. Nesse sentido, pode-se afirmar que as transformações verificadas no âmbito do sistema econômico mundial ao longo das últimas décadas têm sido decisivas para afetar os rumos da economia brasileira, desde os anos 1980. Dentre aquelas circunstâncias internacionais, Cano (2017) destaca a influência da agenda neoliberal e do processo de globalização sobre as mudanças políticas e sociais ocorridas no país nesse período.

O agravamento da crise econômica do país, ao longo dos anos 1980, encontrou nas medidas do “Consenso de Washington” novo conjunto de determinantes da sua trajetória de desenvolvimento econômico. Em 1994, a implementação do Plano Real determinaria o alinhamento da política econômica brasileira à ordem financeira internacional (BATISTA JR., 1996). O Plano Real consistia num programa de estabilização monetária associado com a elevação dos déficits externos e com a forte dependência de fluxos de capitais estrangeiros. O modelo de crescimento adotado era uma ruptura com o padrão de desenvolvimento da maior parte do século XX. Defendia-se o apoio à concorrência como motor do crescimento econômico, substituindo um rol de políticas de estímulo à demanda e à proteção de determinados segmentos produtivos. Em seu lugar, estimulou-se uma política de oferta, materializada na abertura comercial e na exposição da indústria nacional à concorrência internacional.

De um modo geral, a abertura comercial e financeira provocou um movimento de especialização da estrutura produtiva nacional. O crescimento econômico passou a ter maior dependência das importações, alterando o tipo de nossa inserção externa, com o investimento público perdendo sua importância relativa e aumentando a dependência de capitais estrangeiros. Por sua vez, ao longo dos anos 2000, a economia brasileira verificou alguns momentos de crescimento econômico combinados com a melhoria das questões sociais. De acordo com Barbosa e Pereira de Souza (2010), a principal característica dessa nova fase foi o esforço de retomada do Estado em seu papel de estimular o desenvolvimento e de realizar algum tipo de planejamento de longo prazo. Não obstante, deu-se continuidade às medidas ortodoxas que limitaram esse crescimento.

Desde o ano de 2015, a economia brasileira entrou em um novo ciclo, enfrentando grave recessão econômica (2015-2016), com queda acumulada no PIB de pouco mais de 7% em dois anos. Apesar do fim da recessão, o contexto econômico recente tem sido de crescimento econômico muito

baixo, condição que se agravou em função da pandemia de Covid-19. Porto e Macedo (2021), por exemplo, discutiram o momento de inflexão da economia brasileira, usando como indicador a evolução do mercado de trabalho formal no país e nas grandes regiões brasileiras. Após um ciclo virtuoso de expansão dos empregos formais, acompanhando em ritmo mais acelerado o crescimento econômico do país, verificou-se uma queda muito brusca no estoque de empregos formais em 2015 e 2016, que fez com que o nível de emprego tivesse retomado para os níveis do início da década.

Em resumo, a dinâmica urbano-regional brasileira passou a ser determinada por um novo conjunto de fatores que têm rebatimentos diretos e distintos sobre as partes de seu território. Essas determinações estão associadas com o padrão de crescimento econômico que opera no país desde os anos 1980, além de sofrerem os efeitos das políticas macroeconômicas e/ou daquelas de caráter territorial. Nas próximas seções, analisaremos como esses elementos conformam a atual rede urbana do Piauí e de que maneira isso configura uma dinâmica interna própria desse estado.

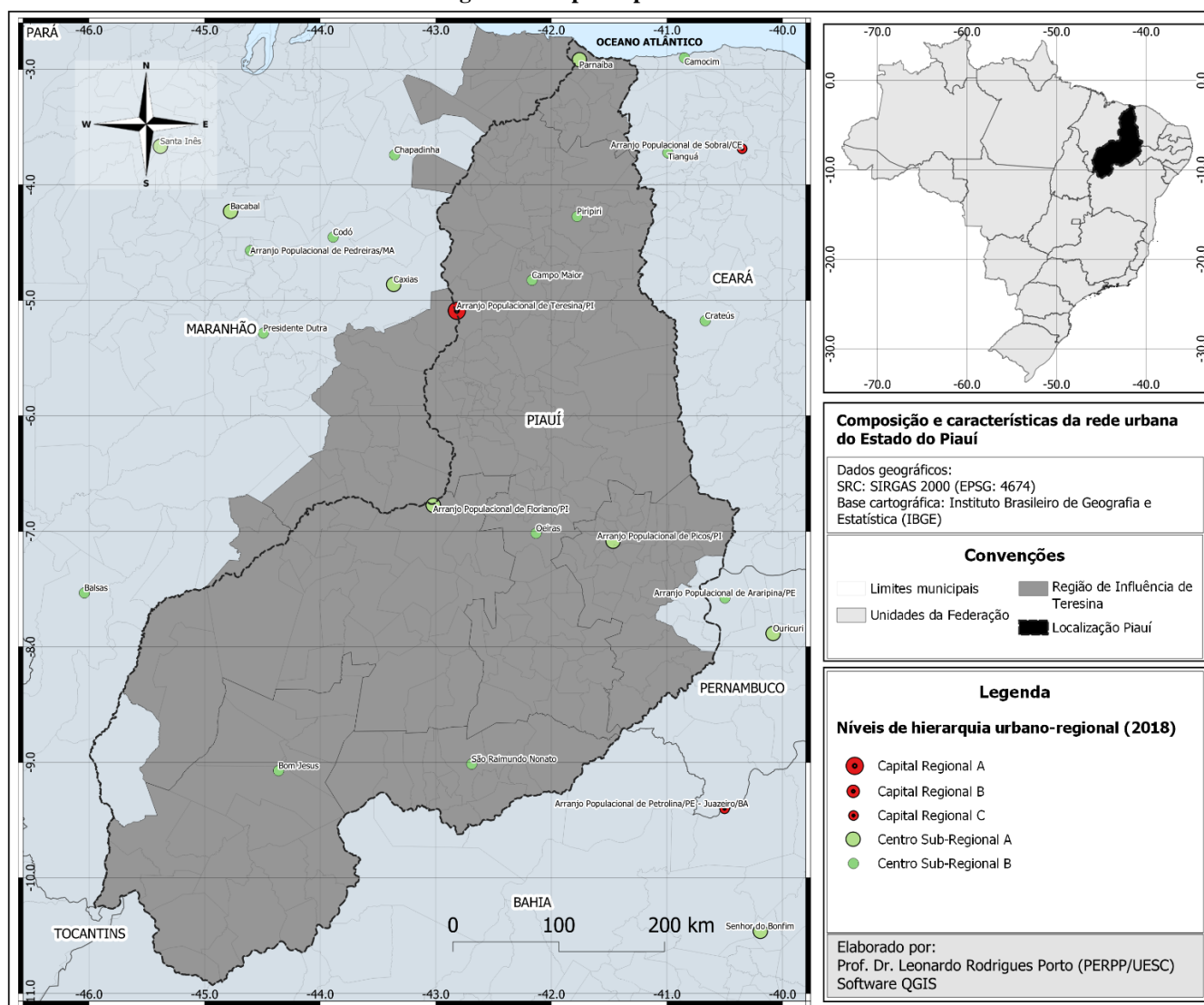
2 Aspectos metodológicos

A presente pesquisa teve um caráter analítico-descritivo, buscando explorar as características demográficas e econômicas da rede de cidades que é articulada a partir de Teresina, consubstanciando o espaço socioeconômico piauiense. Abre-se, com isso, a proposição de uma agenda de pesquisa que busca acompanhar as novas articulações espaciais e econômicas que se impõem àquele território. Partimos, então, da configuração atual da rede de cidades no Estado do Piauí, tomando como parâmetros a pesquisa Regiões de Influência das Cidades-2018 (RECIG-2018), recentemente divulgada pelo IBGE (2020). Num primeiro momento, comparamos sua configuração atual com o último levantamento feito pelo IBGE (2008), através da REGIC-2007, a fim de conhecer como esse sistema urbano vem evoluindo e a importância relativa de seu conjunto regional de cidades.

Em seguida, utilizamos o recorte espacial do que denominamos de Região de Influência de Teresina (RIT), cuja delimitação associa a hierarquia urbana proposta na REGIC-2018, com a área de influência que é dada pela divisão urbano-regional apresentada pelo IBGE, no ano de 2012. De acordo com o IBGE (2013), a divisão urbano-regional trata-se de um recorte espacial da rede urbana brasileira, que leva em consideração a forma como os espaços estão pautados por uma organização em rede, onde os centros urbanos exercem a gestão do território (comando) e articulam os fluxos socioeconômicos. Com efeito, essa divisão é constituída a partir do comando que as cidades exercem sobre uma determinada região, sendo capaz de refletir os processos históricos de formação das distintas porções do território nacional.

Na Figura 1 podemos visualizar a extensão da RIT que, além de representar a quase totalidade do território piauiense, expande-se em direção ao Estado do Maranhão, movido pelas capacidades que as cidades de Teresina e de Parnaíba têm de articular os seus entornos imediatos. Isso também traduz o papel histórico dessas cidades na formação do território desses dois estados.

Figura 1 – Delimitação da Região de Influência de Teresina (RIT) e níveis de hierarquia urbano-regional dos principais centros urbanos



Fonte: IBGE/ Regiões de Influência das Cidades (Regic), 2018; Divisão Urbano-Regional, 2013.

A imagem também demonstra a localização dos principais centros urbanos e seus níveis de hierarquia, determinados pela centralidade que exercem, segundo as suas capacidades de comando do espaço e de um conjunto extenso de funções e de serviços que disponibilizam para a região que influenciam. São essas cidades as principais responsáveis por articular os fluxos de mercadorias, de pessoas, de capitais e de dinheiro pelo território do Estado do Piauí.

Desse modo, uma vez definidos os níveis de hierarquia entre as cidades e as suas respectivas áreas de influência, reunimos elementos para avaliar como se dá a dinâmica urbano-regional recente do Estado do Piauí. Para tanto, fizemos a análise e discussão de dados relativos aos aspectos demográficos e econômicos, organizados segundo a hierarquia urbano-regional interna à RIT. Esse procedimento nos permitiu realizar uma caracterização do perfil socioeconômico do sistema urbano do Piauí, de forma a contribuir para a compreensão de como a economia se manifesta espacialmente naquele território.

3 Resultados e discussões

A rede de cidades do Estado do Piauí está integrada e subordinada à região de influência da metrópole Fortaleza, CE, conforme demonstrado pelas mais recentes publicações da pesquisa Regiões de Influência das Cidades (REGIC), feita pelo IBGE (2020; 2008). Essa rede urbana é capitaneada pela cidade de Teresina, que se constitui como um importante arranjo populacional² regional. Encontramos, também, um segundo nível hierárquico de cidades com relevância em seus respectivos espaços sub-regionais, lideradas pelas cidades de Parnaíba, Floriano e Picos. Somadas à capital estadual, esse conjunto de cidades apresenta capacidade de articulação de todo o território piauiense, complementadas pelo conjunto diverso de cidades distribuídas pelo Estado em níveis menos elevados da hierarquia urbano-regional.

Para conhecer como essas características se manifestam em nossa área de estudo, na Tabela 1 sintetizamos os dados das REGICs dos anos de 2007 e de 2018, para os casos do Brasil, da Região Nordeste e do Piauí³. Entre os dois levantamentos, o país passou de um total de 12 para 15 Metrôpoles, com as mudanças nas classificações de Vitória, ES, Florianópolis, SC e Campinas, SP (única do grupo que não é capital estadual). Na região Nordeste, este grupo é representado pelas metrópoles de Fortaleza, Recife e Salvador. No grupo seguinte, imediatamente inferior às Metrôpoles, estão as chamadas Capitais Regionais (CR), repartidas em três níveis: A, B e C. O nível mais elevado é o das CR-A, onde estão as demais capitais estaduais do Nordeste, não pertencentes ao nível anterior, como é o caso do Arranjo Populacional (AP) de Teresina, no Piauí. No entanto, devemos lembrar que, em sua maior parte, as capitais estaduais nordestinas vêm apresentando dinâmicas metropolitanas próprias, ainda que classificadas como CR-A. Sua subordinação ao primeiro grupo deve-se ao menor porte e conjunto de funções desempenhadas.

² Sobre o conceito de arranjo populacional, ver IBGE (2020).

³ As principais características de cada um dos grupos hierárquicos foram apresentadas na seção de Referencial Teórico.

Tabela 1 – Classificação dos centros urbanos, segundo os níveis de hierarquia ou centralidade, para Brasil, Região Nordeste e Piauí, nos anos de 2007 e 2018

Classificação dos centros	Níveis de hierarquia	2007			2018		
		Brasil	Nordeste	Piauí	Brasil	Nordeste	Piauí
Metrópole	G. M. Nacional	1	-	-	1	-	-
	Metrópole Nacional	2	-	-	2	-	-
	Metrópole	9	3	-	12	3	-
Capital Regional (CR)	A	11	6	1	9	6	1
	B	20	4	-	24	5	-
	C	39	8	-	64	10	-
Centro Sub-regional (CS)	A	85	25	3	96	22	3
	B	79	26	2	256	66	5
Centro de Zona (CZ)	A	192	53	5	147	35	4
	B	364	112	24	251	100	13
Centro Local (CL)	-	4.472	1.495	187	4.037	1.436	194
Total de centros		5.274	1.732	222	4.899	1.683	220

Fonte: IBGE/Regic 2007 (bancos de dados dos centros); Regic 2018.

Dessa maneira, as mudanças na hierarquia urbano-regional que, para o Brasil e Nordeste já aparecem nos primeiros níveis de centralidade, no Piauí só serão observados a partir do nível dos Centros Sub-regionais (CS), onde figuram as principais cidades do interior piauiense. No Brasil, em 2018 foram classificadas 96 cidades como CS-A e 256 cidades como CS-B, o que revela uma enorme expansão em relação ao ano de 2007. Já na região Nordeste, encontramos 22 CS-A e 66 CS-B, cujas mudanças em relação ao ano de 2007 decorrem de elementos bastante diversos. Por um lado, tanto no Nordeste como no Brasil, a expansão da quantidade de CS, como um todo, significa que nessa escala da rede urbana as cidades (pequenas ou médias) cresceram em importância relativa, adquiriram funcionalidades e passaram a articular outras cidades menores, expressando maior adensamento da rede urbana intermediária do país. Por outro lado, individualmente, várias cidades chegaram a perder centralidade ou passaram para o nível superior, das CR, o que requer entender caso a caso.

É o que podemos fazer com as especificidades das cidades localizadas no Estado do Piauí, em que se percebe no nível dos CS-A a permanência das três aglomerações urbanas mais importantes do interior do Estado, entre os anos de 2007 e 2018: Parnaíba, Picos e Floriano. Essas cidades mantêm suas influências relativas sobre o território, compartilhando com Teresina as principais funções de articulação econômico-espacial, de modo que elas estariam no mais alto nível da hierarquia urbano-regional piauiense, sendo elementos estruturantes da organização desse território.

Porém, no caso dos CS-B, o Piauí tinha apenas duas cidades classificadas nesse nível no ano de 2007, que foram Campo Maior e São Raimundo Nonato. Por sua vez, no ano de 2018 outros três municípios somam-se a esses dois, tendo crescido em importância no período: Oeiras, Piripiri e Bom Jesus. Juntas, essas cinco cidades formariam um “segundo” escalão da hierarquia urbano-regional piauiense, contribuindo de forma subsidiária às anteriores para a estruturação e organização do

território. Destaca-se, portanto, a importância dessas cidades, sobretudo, quando observadas conforme o papel que desempenham nos subespaços regionais em que estão localizadas.

Entre os Centros de Zona, no Brasil, vamos encontrar 147 CZ-A e 251 CZ-B, para o ano de 2018, das quais, respectivamente, 35 e 100 estão localizadas na região Nordeste. Nota-se, portanto, que 68% de todos os CZ existentes no país estão localizados na região. Conforme apontamos no referencial teórico, ali, pequenas localidades assumem funções cada vez mais relevantes, de acordo com as necessidades e características dos subespaços regionais em que estão situadas. Vale observar, também, que houve redução da quantidade de CZ entre os anos de 2007 e de 2018, mas, nesse caso, em função do crescimento dos CS – ou seja, nesse período, vários CZ elevaram a sua importância regional, passando a figurar como CS.

No Piauí, esse crescimento em importância só ocorreu com os três municípios que citamos anteriormente (Oeiras, Piri-piri e Bom Jesus). Desse modo, no ano de 2018 vamos encontrar no Estado 4 (quatro) CZ-A e 13 CZ-B. No ano de 2007, tínhamos 5 e 24, respectivamente. A diferença decorre do crescimento do número de CL piauienses, que somavam um total de 187 localidades em 2007, passando para 194 no ano de 2018. Tal condição exige investigações mais apuradas sobre esse conjunto de pequenas cidades para que se possa entender melhor as suas respectivas dinâmicas sociais, demográficas e econômicas.

O motivo dessa redução no número de centros urbanos classificados como CZ-B no Piauí é que, entre os dois levantamentos do IBGE (2008; 2020), aqueles centros deixaram de apresentar outro município em sua área de influência. Nesse sentido, sua perda de centralidade teve um caráter mais formal e funcional – deixou de atender diretamente outra municipalidade –, não necessariamente significando a perda de dinamismo ou de relevância daquelas cidades.

Esse caráter mais formal e funcional também é o que justifica as diferentes totalizações entre 2007 e 2018, feitas pelo IBGE. Quando se observa apenas o caso do Piauí, temos 222 centros urbanos no ano de 2007, passando para 220 em 2018. Em primeiro lugar, isso se deve às diferentes composições das grandes aglomerações urbanas, conforme pode ser ilustrado com o caso de Teresina, na qual o IBGE (2008) apontou que formava uma Área de Concentração Populacional (ACP), no ano de 2007, agregando os municípios de Demerval Lobão, PI e de Timon, no Maranhão. Já no ano de 2018, alterando-se o conceito para Arranjo Populacional (AP), o IBGE (2020) identificou que Teresina articulava-se mais fortemente com o município de Timon, MA – formando uma dinâmica urbana concentrada e integrada (aglomeração). Enquanto isso, o município de Demerval Lobão, PI figuraria como CL, isto é, teria relações menos adensadas com a capital estadual. Nesse último caso, estabeleceria com Teresina uma relação de subordinação no âmbito da rede urbana, em vez da formação de uma única aglomeração.

Em segundo lugar, a diferença na totalização dos centros urbanos também se deve às mudanças de composição dos municípios, ainda que, em todo o país, desde o ano 2000, foram emancipadas poucas municipalidades. No caso do Piauí, o município de Nazária não foi relacionado no ano de 2007 em função das questões judiciais que envolviam a sua emancipação, definitivamente reconhecida somente no ano de 2008. Já no ano de 2018, o IBGE identificou Nazária como um CL subordinado diretamente à Teresina e, portanto, integrado à rede urbana estadual.

Por último, as diferenças também se manifestam quando visualizamos as composições de AP em níveis escalares que não estão no topo da hierarquia urbano-regional, formando-se o que Miranda e Gomes Jr. (2017) denominou de *arranjos urbano-intermediários*⁴. No Piauí, há diversas áreas que formam esses arranjos intermediários, indicando uma dinâmica urbana integrada entre dois ou mais municípios, distribuindo-se por diferentes porções do território.

De acordo com o demonstrado no Quadro 1, esses AP apresentam fortes interrelações com municípios do Maranhão, nas áreas de divisa entre os dois estados. Com efeito, dos 6 AP situados no Piauí, 4 formam aglomerações com municípios maranhenses, que são os casos dos AP de Floriano/PI, AP de Uruçuí/PI, AP de Amarante/PI-São Francisco do Maranhão/MA e AP de Teresina/PI.

Quadro 1 - Relação e composição dos arranjos populacionais (AP) existentes no Estado do Piauí em 2018

Arranjo Populacional		Composição do Arranjo			
Nome	Tipo	UF	Município	UF	Município
AP de Floriano/PI	AP	MA	Barão de Grajaú	PI	Floriano
AP de Uruçuí/PI	AP	MA	Benedito Leite	PI	Uruçuí
AP de Amarante/PI - São Francisco do Maranhão/MA	AP	MA	São Francisco do Maranhão	PI	Amarante
AP de Teresina/PI	G.G.U - AP	MA	Timon	PI	Teresina
AP de Angical do Piauí/PI	AP	PI	Santo Antônio dos Milagres	PI	Angical do Piauí
AP de Picos/PI	AP	PI	Geminiano	PI	Picos

Fonte: IBGE, 2020 (Regiões de Influência das Cidades, Regic-2018).

Vale observar que um AP recebe o nome do município que tem maior peso na composição da aglomeração urbana. Por exemplo, no AP de Picos/PI, a cidade de Picos é o núcleo da aglomeração urbana composta entre esta cidade e a de Geminiano. Já no caso fronteiro do AP de Floriano/PI, o núcleo da aglomeração é o município de Floriano, no Piauí, que se aglomera com o município de Barão de Grajaú, no Maranhão. Por isso, não aparecem no Quadro 1 os casos dos municípios de Marcolândia (PI) e Santa Filomena (PI) que pertencem a AP nucleados por municípios de outros estados nordestinos. No primeiro caso, Marcolândia está nucleada no AP de Araripina/PE e, no segundo, Santa Filomena pertence ao AP de Alto Parnaíba/MA-Santa Filomena/PI. Ou seja, esses dois municípios piauienses integram arranjos populacionais cuja articulação da rede urbana é em Pernambuco e Maranhão.

⁴ Os arranjos urbano-intermediários caracterizam-se não apenas pela dinâmica interna mais intensa de um, dois ou mais municípios integrados, mas pela relativa capacidade que têm de articular áreas de influência extensas em seus respectivos espaços regionais. É, portanto, um conceito mais complexo do que o dos arranjos populacionais.

A cidade de Parnaíba se destaca porque, conquanto seja o segundo maior centro urbano do Piauí, não forma AP com algum outro município de seu entorno. Isso não significa que a cidade exerça menor capacidade de articulação urbano-regional, pois essa condição é bastante típica das *centralidades isoladas* que caracterizam a forma como as principais cidades do interior do Nordeste exercem a sua hierarquia urbano-regional, conforme tem sido observado por diversos pesquisadores (IPEA, IBGE e UNICAMP, 2001; PORTO e MIRANDA, 2019; IBGE, 2020; 2008). De fato, o município de Parnaíba possui dinâmicas econômica, demográfica e social bastante forte, de modo que, em termos populacionais é bem maior do que os demais AP aqui citados, com exceção evidente do AP de Teresina/PI⁵.

Segundo o IBGE (2020), Parnaíba articula uma área de influência que comporta 3 CZ-B e 17 CL, situados nos estados do Maranhão, Ceará e no próprio Piauí. Portanto, a área extrapola os limites político-administrativo do território piauiense (ver Figura 1), o que revela a importância dessa cidade. Entre os CZ-B subordinados a Parnaíba, estão as cidades de Santa Quitéria do Maranhão e Tutoia, que são municípios maranhenses, além de Cocal, localizada no Estado do Piauí. Já entre os CL, são 7 municípios maranhenses, 9 piauienses e apenas 1 cearense, todos subordinados àquela cidade.

A presente caracterização da rede de cidades do Piauí permite avaliar sua dinâmica urbano-regional via aspectos demográficos e econômicos. De acordo com a Tabela 2, no nível mais elevado da hierarquia urbano-regional do Piauí, no AP de Teresina/PI – que agrega a capital estadual e atua, no nível da rede urbana nacional, como Capital Regional A (CR-A) – viviam quase 30% da população da rede urbana estadual, no ano de 2018⁶. A estimativa populacional do IBGE para esse ano apontou para pouco mais de 1 milhão de habitantes residentes numa área de 3,2 mil km², perfazendo uma densidade demográfica de 326,2 hab./km². Essa elevada concentração e densidade populacional também se traduz no alto grau de urbanização da CR-A, que é o maior índice desse conjunto regional, com seus 93,1%, segundo o último censo demográfico, realizado ainda no ano de 2010.

⁵ Isso se reforça com a instituição da Região Metropolitana de Parnaíba (RMP) pela Lei Complementar nº 264/2022, que também criou o Conselho de Desenvolvimento da RMP. Com intuito de ser um importante componente do planejamento e para o desenvolvimento regional, a região metropolitana é composta pelos municípios piauienses de Cajueiro da Praia, Ilha Grande, Luís Correia e Parnaíba (SEPLAN, 2022a).

⁶ Convém recordar que a CR-A incorpora a população da capital Teresina, no Estado do Piauí, e do município de Timon, pertencente ao Estado do Maranhão.

Tabela 2 – Características demográficas da rede urbana do estado do Piauí, segundo os níveis de centralidade dos centros urbanos

Níveis de centralidade	Quant.	Estimativa da população em 2018			Grau de Urbanização - 2010 (%)
		Pessoas	%	Densidade (hab./km ²)	
Capital Regional A	1	1.029.415	29,8	326,2	93,1
Centros Sub-regionais A	3	314.633	9,1	44,5	85,7
Centros Sub-regionais B	5	206.930	6,0	15,1	70,3
Centros de Zona A	4	104.451	3,0	19,4	69,2
Centros de Zona B	13	287.198	8,3	9,0	58,6
Centros Locais	194	1.511.728	43,8	7,8	40,8
Total	220	3.454.355	100,0	13,6	65,7

Fonte: IBGE/Censo Demográfico, 2010; Regiões de Influência das Cidades (Regic), 2018.

Entre os CS-A, observa-se uma participação relativa de 9,1% do total da população estimada para a rede urbana do Piauí no ano de 2018, o que correspondia a 314,7 mil pessoas. Desse contingente, 48,5% estavam localizados no município de Parnaíba, reforçando o peso relativo dessa cidade e sua importância regional. No ano de 2010, Parnaíba tinha grau de urbanização de 94,4%, bem acima do que a média dos CS-A, que era de 85,7%. Nos outros dois casos, de Floriano e de Picos, considerou-se os dados dos respectivos AP, conforme Quadro 1. Juntos, os CS-A ocupavam uma área de pouco mais de 7 mil km², com densidade demográfica de 44,5 hab./km² em 2018.

Vistas de maneira agregada, as informações concernentes aos dois níveis mais elevados da hierarquia urbano-regional do Piauí revelam o volume de concentração da distribuição espacial da sua população, cujo desempenho é fundamental para se compreender sua dinâmica populacional e econômica interna. Com efeito, somando-se as informações relativas da CR-A com os CS-A, temos que na capital e no primeiro nível da hierarquia urbana situada no interior viviam 38,9% da população piauiense, ou 1,3 milhão de habitantes. No ano de 2018, esse contingente residia numa extensão equivalente a apenas 4% do território, consubstanciados em suas 4 maiores cidades. Reforça-se, assim, a percepção do caráter concentrado da população desse estado, seja no primeiro nível, em sua capital estadual, ou no segundo nível, em suas principais cidades interioranas.

Por sua vez, os CS-B correspondiam a 6% da população estadual, repartidas pelas 5 cidades que compõem esse grupo. Com seus quase 207 mil habitantes, numa extensão de 13,7 mil km², alcançava uma densidade demográfica de 15,1 hab./km², no ano de 2018, mas com grau de urbanização de 70,3%, no ano de 2010. Nota-se que nesse nível já começa a ocorrer uma maior dispersão territorial, quando comparados com os níveis anteriores. Assim, sua representação no total da população equivale à sua representação no total da área dos municípios no conjunto estadual (6% da população e 5,4% da extensão territorial).

No entanto, justamente essa distribuição mais dispersa pelo território revela a importância que os CS-B do Piauí têm dentro da infraestrutura socioespacial que a rede urbana representa. Isso porque tais cidades acumulam funções essenciais para suas respectivas áreas de influência, conforme averiguado pelo IBGE (2008; 2020). Isso é o que define seu papel e posição dentro da rede urbana estadual. Dessa maneira, em que pese identificarmos indicadores demográficos já bem menores do que aqueles verificados nos níveis superiores (CR-A e CS-A), eles nos permitem apontar que os CS-B são cidades que atuam subsidiariamente no processo de organização e estruturação do território piauiense.

Já entre os CZ, vamos encontrar um total de 391,6 mil pessoas habitando alguma dessas cidades (11,3% do total do Estado), no ano de 2018, repartidas entre os níveis A e B. No primeiro nível, eram 104,4 mil pessoas, com densidade demográfica de 19,4 hab./km² e, no segundo nível, eram 287,2 mil habitantes, com densidade de 9 hab./km². Observadas segundo seu grau de urbanização, identificou-se, respectivamente, os níveis de 69,2% e 58,6%, o que já denota uma maior participação da população rural e maior dispersão territorial. Sua extensão territorial total correspondia a 12,5% da área analisada, contra os 11,3% do total da população.

O restante da população piauiense estava distribuído espacialmente entre os 194 CL dispersos pelo território estadual. Em 2018, estimou-se 1,5 milhão de pessoas habitando algum desses municípios, correspondendo a 43,8% da população do Estado. No seu conjunto, os CL representavam uma área de 193 mil km², equivalente a 75,9% de todo o território estadual, com densidade demográfica de 7,8 hab./km². Nesse grupo, o grau de urbanização foi de apenas 40,8% em 2010. Portanto, em termos estatísticos, verificou-se que no mais baixo nível da hierarquia urbana do Piauí o elemento rural é mais presente do que o elemento urbano.

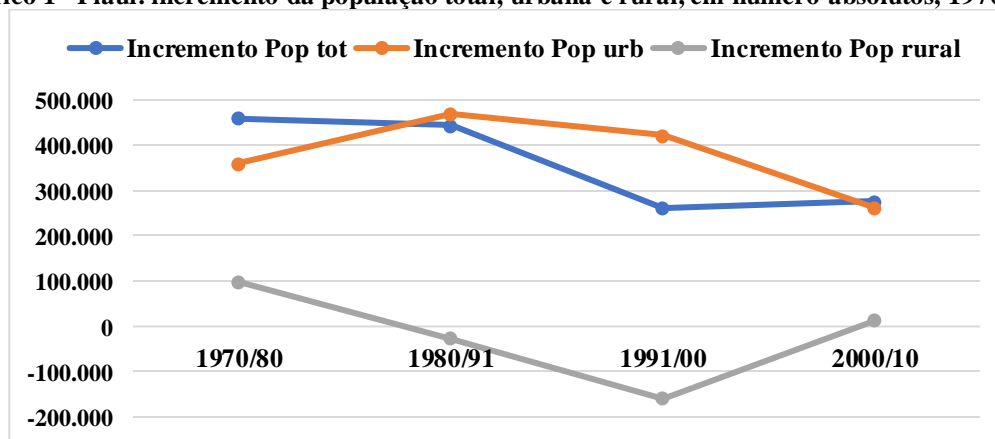
Esses dados apontam que se, por um lado, verificamos o caráter concentrado da população piauiense nas suas maiores cidades, por outro, também identificamos o caráter disperso do restante da população por todo o seu território. Nesse sentido, podemos concluir que o Piauí reflete as mesmas tendências que outros estudos têm apontado para os casos do Brasil e do Nordeste (PORTO, 2022). Trata-se de uma dinâmica demográfica que é, ao mesmo tempo, concentrada e dispersa, o que requer esforços de planejamento e de ordenamento do território estadual de diferentes naturezas para cada caso. Tal comportamento, aliás, é resultado de como as atividades humanas e relações econômicas foram se desenvolvendo no Estado, ao longo do tempo, desde seu processo histórico de formação e de ocupação do território.

Para compreendermos os elementos centrais de sua dinâmica demográfica recente ainda é preciso observar suas características segundo diferentes escalas geográficas. É o que passaremos a fazer a partir de agora. O Gráfico 1 traz os primeiros elementos que nos auxiliam a fazer essa caracterização. Podemos observar que, desde o censo de 1991, a população urbana estadual apresenta

maior volume de crescimento absoluto do que o incremento da população total. Tal diferença decorre das perdas absolutas apresentadas pela população rural, no período, cuja redução indica o movimento de urbanização, isto é, a mudança de lugar de residência dos piauienses.

Entre os anos de 1970 e 2010, a população do Piauí passou de 1,7 milhão de habitantes para 3,1 milhões, um crescimento relativo de 85,5%. No mesmo período, a população rural do Piauí passou de 1.143 mil pessoas para 1.067 mil pessoas, mantendo-se estável, em que pese o movimento contínuo de queda no período. Dessa maneira, a grande mudança ocorreu com o desempenho da população urbana nesses 40 anos, saltando de 538 mil pessoas na década de 1970 para mais de 2 milhões em 2010 – um aumento relativo de mais de 280%. Ou seja, o crescimento populacional do Piauí tornou-se essencialmente urbano, reforçando-se o papel de suas cidades.

Gráfico 1 - Piauí: incremento da população total, urbana e rural, em número absolutos, 1970-2010



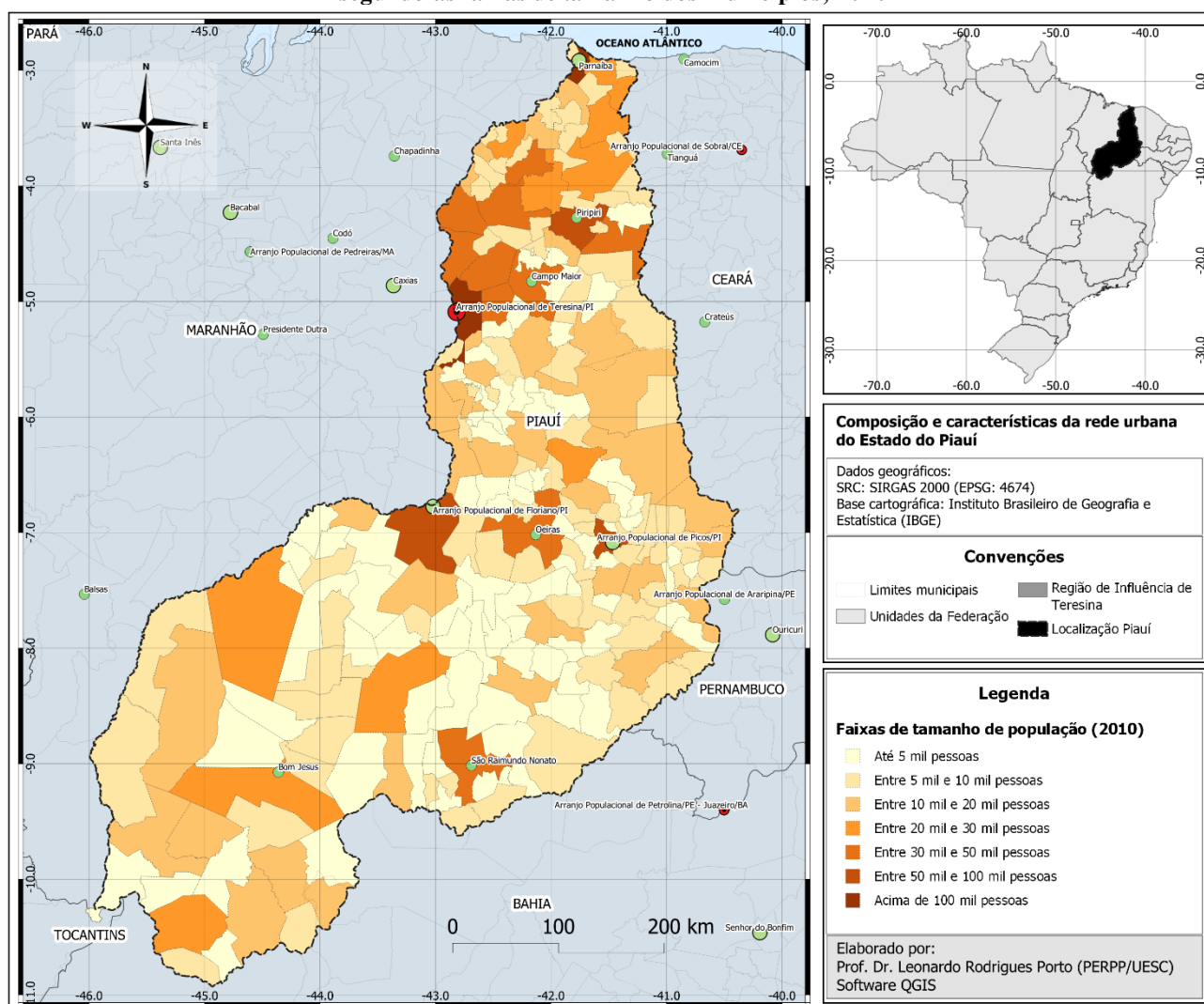
Fonte: IBGE, Censos Demográficos (1970-2010).

Já na primeira década do século XXI, é possível notar que o crescimento demográfico desacelerou. O fenômeno também é visível para o conjunto da região Nordeste, com a população rural deixando de declinar-se, mas contribuindo muito pouco com o crescimento da população total. As cidades são, portanto, o principal elemento da dinâmica demográfica do Piauí, inclusive como elementos estratégicos para se pensar sua enorme população rural, que é uma das maiores do país.

Pelo exposto, a dinâmica demográfica do Piauí aproximava-se do que ocorre com a média da zona semiárida brasileira, mantendo-se baixa em relação ao país e mesmo ao conjunto dos estados nordestinos, superando apenas o Maranhão. O Piauí só veio a apresentar população majoritariamente habitando os núcleos urbanos em 1991, com grau de urbanização de 52,6%. Por sua vez, o Brasil já possuía maioria urbana nos anos 1960 e a região Nordeste apresentou esse resultado no censo de 1980. Conquanto o dado aponte para um ritmo mais lento de urbanização do que os outros níveis geográficos, o Piauí apresenta uma dinâmica urbana cada vez mais crescente, elevando seu grau de urbanização para 62,9% no ano 2000 e 65,8% no ano de 2010.

A distribuição espacial da população piauiense pode ser visualizada na Figura 2, que revela mais alta concentração demográfica ao norte do Estado, onde estão suas maiores e principais cidades, cujas áreas de influência são mais capazes de gerar adensamento populacional, que são os casos de Teresina e de Parnaíba. Com efeito, desempenhando a função de capital estadual, o município de Teresina é o mais populoso do Piauí, concentrando mais de 25% da população, segundo o último censo demográfico. Em seguida, apenas o município de Parnaíba, no litoral piauiense, apresentava população superior a 100 mil habitantes no ano de 2010, com área de influência que abarcava toda a região do Delta do Parnaíba, além de articular os territórios de desenvolvimento das Planícies Litorâneas e de Cocais⁷ – dentro do Estado do Piauí.

Figura 2 – Distribuição espacial da população no Estado do Piauí, segundo as faixas de tamanho dos municípios, 2010



Fonte: IBGE – Censo Demográfico, 2010.

⁷ Uma discussão sobre os territórios de desenvolvimento do Piauí pode ser vista em Nobre e Carvalho (2020).

Já o município de Picos era o terceiro mais populoso do estado, consubstanciando o topo da hierarquia urbano-regional. Sua importância se manifestava pela capacidade de articular o interior do Estado, onde havia mais baixa densidade demográfica. Pode-se observar, por exemplo, que somente os municípios de Picos e Floriano, abaixo da latitude em que se encontra a capital estadual, possuíam população acima de 50 mil habitantes. Desse modo, há um conjunto disperso de cidades no sudeste e sudoeste do Piauí, cujas municipalidades têm baixo contingente populacional, mas que concentram a maior parte da produção de grãos, definindo seus respectivos desempenhos econômicos (Figura 3).

Essa característica é particularmente importante porque, além da reduzida densidade populacional, os níveis de hierarquia urbana das cidades naquela porção do território piauiense são mais baixos, com destaques para São Raimundo Nonato (CS-B) e Bom Jesus (CS-B) que, como dissemos, desempenham esse papel subsidiário à rede urbana do Piauí. Vale destacar que a posição de Bom Jesus já traduz o desempenho da economia agroexportadora piauiense, dado que a cidade elevou sua posição na hierarquia urbana em relação ao ano de 2007, tornando-se um elemento importante para se pensar a sua dinâmica urbano-regional.

Não obstante, o tamanho relativo menor e o baixo nível de hierarquia urbana dessas duas cidades fazem com que ocorra dois movimentos distintos no que diz respeito aos deslocamentos de pessoas, de mercadorias e de capitais. No primeiro caso, coloca-se a necessidade de se deslocar grandes percursos para a satisfação da demanda de determinados serviços mais complexos, sobretudo, em direção à cidade de Teresina. No segundo caso, convém observar que esse deslocamento acaba ocorrendo em direção às cidades de porte intermediário que se localizam em outras unidades da federação, como são os casos de Balsas (CS-B) no Maranhão, e de Barreiras (CR-C) na Bahia, o que implica em um desafio importante para se pensar o desenvolvimento regional do Piauí.

Essa discussão perpassa, entretanto, pela análise das estruturas produtivas regionais e da sua dinâmica recente. Na Tabela 3, vamos encontrar uma primeira aproximação sobre como a atividade econômica se distribui pelo Piauí, segundo a composição de sua rede urbana e o valor adicionado bruto (VAB)⁸. Podemos verificar que a Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (RIDE) de Teresina era responsável pela maior parte da riqueza gerada no Estado do Piauí, durante o ano de 2019. Com efeito, ao compararmos a RIDE com o restante da economia do Estado, aqui organizada segundo sua rede de cidades – Região de Influência de Teresina (RIT) –, verificamos uma concentração de 46% de toda a atividade econômica piauiense, enquanto o restante do Estado era responsável por outros 54% do valor adicionado total.

⁸ A Tabela está organizada de acordo com os seguintes setores de atividade econômica: I – VAB pela Agropecuária; II – VAB pela Indústria; III – VAB pelos Serviços, exceto Administração Pública; IV – VAB pelos Serviços de Administração, Segurança, Saúde e Educação Públicas e Seguridade Social, ou apenas Administração Pública (APU); V – VAB Total, que é a agregação dos quatro setores anteriores e corresponde, efetivamente, à estimativa da contribuição ao valor gerado pelo sistema econômico em um determinado período.

Mas, essa alta concentração precisa ser mais bem compreendida no âmbito de sua rede urbana. Por exemplo, 93% de todo esse valor adicionado pela RIDE Teresina ocorre apenas nos municípios que compõem o AP de Teresina/PI, o que explica a densidade dessa aglomeração urbana e o fato de que a CR-A respondia por 42,7% do VAB Total da RIT, no ano de 2019. Esse desempenho da RIDE e da CR-A decorre das contribuições do setor de Indústria e de Serviços, exceto Administração Pública (APU), em que pese a APU também ter importância relativa, dado que a CR-A concentra a função de capital político-administrativa do Piauí.

Tabela 3 – Valor Adicionado Bruto total e por setores de atividade econômica, segundo os níveis de centralidade da rede urbana do Estado do Piauí e a Região de Influência de Teresina (RIT), 2019

Agregações territoriais	Valor Adicionado Bruto				
	I	II	III	IV	Total
RIDE	4,8	54,8	58,4	35,1	46,0
RIT – RIDE	95,2	45,2	41,6	64,9	54,0
Região de Influência de Teresina	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Capital Regional A	1,9	52,9	56,2	30,0	42,7
Centros Sub-regionais A	3,1	7,8	12,9	8,2	9,9
Centros Sub-regionais B	0,7	1,2	2,3	2,4	2,1
Centros de Zona A	8,8	2,8	5,7	5,4	5,5
Centros de Zona B	23,4	11,9	8,6	13,9	11,9
Centros Locais	62,0	23,5	14,3	40,1	27,8

Fonte: IBGE - Produto Interno Bruto dos Municípios, ano de referência 2010, 2010-2019.

No caso do VAB da Indústria, a contribuição da RIDE, em 2019, foi de 54,8%; no VAB dos Serviços, a contribuição era de 58,4% e da APU era de 35,1%. Quando consideramos apenas a CR-A, esses valores eram de 52,9%, 56,2% e 30%, respectivamente. Por sua vez, a RIDE era responsável por 4,8% de todo o VAB gerado pelo setor agropecuário do Piauí, em 2019, uma cifra bastante expressiva, considerando-se seu caráter mais urbanizado e a porção do território que ela ocupa.

Ainda sobre o setor Agropecuário, é possível fazermos as primeiras observações sobre a distribuição da atividade econômica segundo os níveis de hierarquia urbano-regional. Os CL foram responsáveis por 62% do VAB gerado pelo setor, em 2019, enquanto os CZ-B respondiam por 23,4% e os CZ-A por 8,8%. Somados, a contribuição dos municípios que estão na base da rede urbana piauiense corresponde a 94,2% de todo o VAB gerado pela agropecuária do Estado, o que reforça a importância relativa dessa atividade para esse conjunto de cidades. Esse dado também revela a importância econômica desses pequenos centros urbanos – vistos em conjunto – para o Piauí.

No setor industrial a relação se inverte, com a CR-A representando 52,9% da riqueza gerada em 2019. No mesmo ano os CL respondiam por 23,5% do VAB da Indústria, sendo o segundo grupo em participação relativa no Estado. Esse desempenho, no entanto, em vez de significar concentração – como é o caso evidente da CR-A –, revela o caráter disperso de atividades industriais de pequeno porte espalhadas pelos 194 municípios que pertencem ao grupo dos CL. Isso também ocorre com os CZ-B, embora sua contribuição de 11,9%, em 2019, já revele importância relativa da indústria.

Devemos destacar o peso dos CS-A, cujas três cidades foram responsáveis por 7,8% da riqueza gerada pela indústria do Piauí, em 2019. Mas, a importância relativa desse grupo de cidades se revela, mesmo, é com sua contribuição às atividades de Serviços, quando foram responsáveis por 12,9% de todo o VAB deste setor, no mesmo ano. Como os Serviços são atividades tipicamente urbanas, esse desempenho demonstra a importância dos CS-A para a estruturação do espaço urbano-regional do Piauí e atendimento de sua população. Com efeito, somando-se a CR-A com os três CS-A, temos que 69,1% de todo o VAB Serviços do Piauí se concentra nas quatro aglomerações urbanas do primeiro escalão de sua rede de cidades.

Por fim, com relação aos serviços da Administração Pública (APU) – avaliado em separado do restante do setor terciário –, a distribuição das atividades se modifica. Os CL respondem por 40% do VAB gerado por este setor, em 2019, reforçando-se uma característica comum às pequenas localidades do Nordeste e, também, do Brasil, que é o alto peso relativo do setor público na composição de suas atividades econômicas. No mesmo ano, os CZ-B eram responsáveis por 13,9% do VAB gerado pela APU, indicando que essa característica também é comum a esse grupo regional. A contrapartida é a concentração dos 30% do VAB da APU na CR-A, mas aqui, esse desempenho é muito mais decorrente da localização das principais atividades político-administrativas do governo do Estado.

Essa distribuição do nível de atividade econômica no Piauí, segundo sua hierarquia urbano-regional, pode agora ser observada numa perspectiva temporal. Na Tabela 4 revela-se uma mudança importante da estrutura econômica piauiense ao longo da década passada (2010-2019). Foi essa mudança que conformou a estrutura que vimos na Tabela 3. Observando-se os dados sobre o Produto Interno Bruto dos municípios piauienses⁹, é possível verificar a modificação na distribuição da atividade econômica durante o período analisado, decorrente de dois fatores principais: a) reflete a estrutura econômica passada, que condiciona a forma como são distribuídas a geração de riquezas pelo território; b) resulta dos impactos decorrentes do cenário econômico no período recente, discutido na seção 1, que têm diferentes rebatimentos sobre o território.

⁹ Destacamos aqui a diferença conceitual entre Valor Adicionado Bruto (VAB) e Produto Interno Bruto (PIB). O primeiro refere-se à contribuição de cada setor à economia, correspondendo ao PIB a custos de fatores. Já o segundo, além dessa contribuição, leva-se em conta o valor dos impostos pagos na cadeia produtiva, equivalente ao PIB a preços de mercado.

Tabela 4 – Distribuição relativa do Produto Interno Bruto dos Municípios do Estado do Piauí, segundo os níveis de centralidade da rede urbana, 2010-2019

Níveis de centralidade	Distribuição relativa (%) do PIB dos municípios									
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Capital Regional A	50,0	49,0	48,7	49,3	49,3	47,2	48,4	44,6	44,1	44,1
Centros Sub-regionais A	9,5	9,4	9,5	10,0	9,6	9,8	10,0	9,5	9,5	10,1
Centros Sub-regionais B	1,9	1,9	1,9	2,0	1,9	2,0	2,1	2,0	2,0	2,1
Centros de Zona A	4,5	4,6	4,7	4,5	4,7	5,2	5,0	5,6	5,6	5,4
Centros de Zona B	10,9	11,1	11,4	10,6	10,8	11,2	10,6	11,9	11,8	11,7
Centros Locais	23,2	24,0	23,7	23,6	23,6	24,6	23,9	26,4	27,0	26,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE - Produto Interno Bruto dos Municípios, ano de referência 2010, 2010-2019.

Pode-se observar na Tabela 4 que a principal modificação ocorrida entre os anos de 2010 e 2019 foi a perda de participação relativa da Capital Regional A na composição do PIB estadual. A CR-A respondia por metade (50%) do PIB estadual no ano de 2010, passando para 44,1% no ano de 2019. Essa redução de 5,9 pontos percentuais (*p.p.*) sobre o PIB do Piauí ganhou força a partir do ano de 2015, quando a CR-A perdeu 2,1 *p.p.* em relação a 2014, chegando a recuperar algo em 2016, mas voltando a reduzir nos anos seguintes. O período coincide com a deflagração da crise econômica brasileira, o que reforça a influência do cenário econômico nacional sobre o PIB estadual.

Mas, seus impactos sobre o território piauiense se deram conforme a estrutura econômica herdada. Ou seja, dada a sua estrutura produtiva e níveis mais elevados de atividade econômica, o AP de Teresina foi a única aglomeração urbana a perder participação relativa no total do PIB estadual durante o período investigado. Isso demonstra que a atividade econômica na CR-A esteve muito mais sujeita às oscilações conjunturais que outras partes do território estadual.

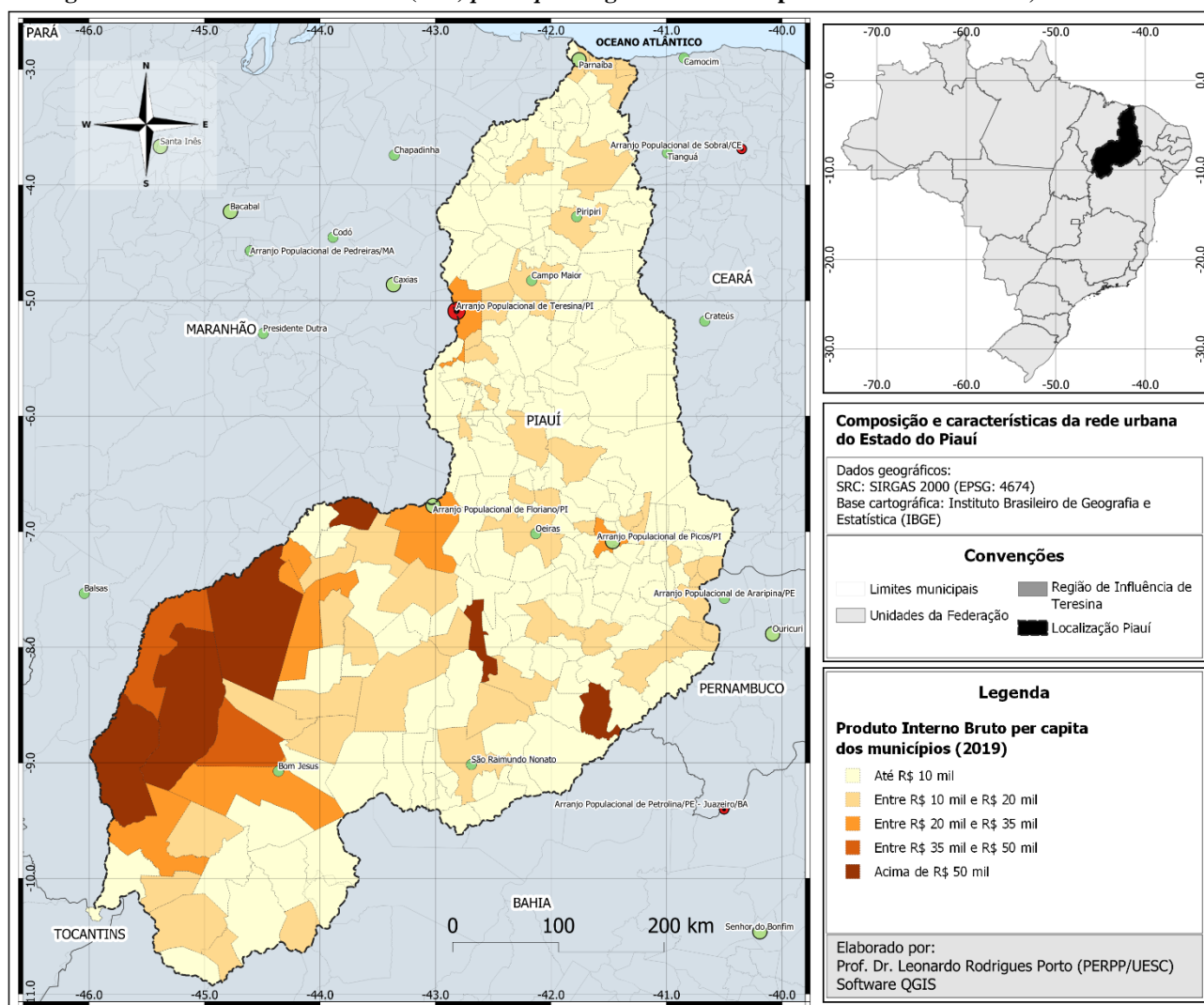
Em contrapartida, no mesmo período, o ganho relativo no total do PIB verificado pelos CL pode ser explicado pelo papel do setor público, cujas atividades estão menos sujeitas às oscilações conjunturais. Com efeito, os CL passaram de 23,2% do PIB estadual em 2010 para 26,6% no ano de 2019. A maior estabilidade da APU garante um nível de atividade econômica que gera esse efeito estatístico de ganho relativo, mas que poderá ser afetado pelo chamado “teto dos gastos”, que congela a elevação dos gastos públicos por até 20 anos. Todavia, o desempenho dos CL não tem a APU como única explicação. Já vimos que os CL são grandes responsáveis pelo setor Agropecuário, com enorme importância para o Piauí. Esse setor sofreu menos com a crise econômica nacional, em função da demanda internacional de *commodities*, tendo impactos diretos sobre o agronegócio do Estado.

Esse desempenho se evidencia quando observamos a distribuição espacial do PIB *per capita* dos municípios do Piauí, para o ano de 2019, conforme apresentado na Figura 3. Por esse critério, podemos observar uma contraposição àquela concentração econômica nas maiores aglomerações

urbanas do Estado, verificada nas duas tabelas anteriores. Com efeito, no sudoeste do Estado, onde a atividade agropecuária voltada para exportação cresce em relevância, os índices de PIB *per capita* são bem mais elevados que nas outras porções do território, traduzindo aquela baixa densidade populacional e o movimento crescente desta atividade pelo território.

A Figura 3 revela que 71,8% dos municípios piauienses tinham uma produção *per capita* inferior a R\$ 10 mil, no ano de 2019, caracterizando um nível muito baixo de atividade econômica, quase sempre dependente do valor adicionado pela APU. Na faixa imediatamente superior, encontramos 48 municípios (21,4% do total) que tinham PIB *per capita* entre R\$ 10 mil e R\$ 20 mil, do qual destacamos o caso de Parnaíba que, conquanto seja o segundo maior centro urbano do Estado, possui um nível baixo de atividade econômica por habitante, cuja característica se manifesta por toda a sua área de influência, apesar do papel que o turismo tem para aquela região litorânea.

Figura 3 – Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* segundo os municípios no Estado do Piauí, 2019



Fonte: IBGE- Produto Interno Bruto dos Municípios, ano de referência 2010, 2010-2019.

Vale recordar que, no ano de 2019, o Brasil apresentou um PIB *per capita* de R\$ 35,9 mil, servindo de parâmetro para avaliarmos o desempenho econômico dos municípios piauienses. Com efeito, em apenas 8 casos verificou-se um valor médio superior ao do país, todos localizados no sudeste ou no sudoeste do estado. O caso extremo é o de Lagoa do Barro do Piauí, com PIB *per capita* de R\$ 95,8 mil no ano de 2019. Esse desempenho recente daquele município deveu-se ao alto volume de investimentos para a criação de complexos de energia eólica, cuja natureza das atividades pode não gerar maiores encadeamentos em seu entorno, conforme costuma ocorrer com os serviços industriais de utilidade pública (SIUP). Também chama a atenção os casos dos municípios de Guadalupe (R\$ 55,7 mil) e Ribeira do Piauí (R\$ 50,7 mil), cujos valores elevados também decorrem de atividades de SIUP, como é o caso da usina hidrelétrica no primeiro caso e do parque eólico no segundo.

Além desses três casos, os demais municípios com produção *per capita* superior à média do país têm no setor agropecuário a sua principal atividade econômica, tais são os exemplos emblemáticos de Baixa Grande do Ribeiro e Uruçuí, localizados no sudoeste piauiense. Esses dois municípios respondem, respectivamente, pelos segundo e terceiro maiores PIBs *per capita* estaduais, no ano de 2019, com valores de R\$ 74,5 mil e R\$ 68 mil. A dinâmica econômica desses municípios decorre, portanto, de determinações que extrapolam os seus limites territoriais, acompanhando o movimento da economia brasileira em sua inserção internacional.

Por fim, o AP de Teresina apresentou um PIB *per capita* de R\$ 25,5 mil no ano de 2019, o equivalente a apenas 72% do que o apresentado pelo Brasil. Esse desempenho acompanha o verificado para as demais capitais estaduais do Nordeste, conforme discutido por Porto e Miranda (2019). Junto à CR-A, outros 6 municípios apresentaram desempenho situado entre R\$ 20 mil e R\$ 35 mil, cujas principais atividades econômicas variavam entre *Demais Serviços*, caso de Teresina, *Indústria Extrativa* e o setor primário.

Conclusão

Com o objetivo de discutir a dinâmica urbano-regional recente do Estado do Piauí, neste texto buscou-se caracterizar a configuração atual de suas redes de cidades. Para tanto, considerou a composição da região de influência de Teresina (RIT), cuja extensão e níveis de hierarquia das cidades foi dada pela REGIC-2018 (IBGE, 2020). Nesse sentido, levou-se em consideração a forma como as cidades do Estado estão funcionalmente articuladas e os níveis de hierarquia urbano-regional existente entre elas. Esses elementos consubstanciarão a maneira pela qual se manifestam as características econômico-espaciais do Piauí.

O texto demonstrou os níveis hierárquicos do conjunto de cidades piauienses, avaliando sua evolução em relação ao levantamento que o IBGE (2008) havia feito anteriormente. Essa hierarquia urbano-regional é estabelecida com base na capacidade que as cidades têm de exercerem gestão do território – ou melhor, que a gestão seja exercida a partir delas –, bem como pelas principais funções que as cidades desempenham. Assim, a classificação das cidades oriunda dessa hierarquização torna-se útil para sistematizar como elas estão distribuídas pelo Piauí, refletindo a forma como sua rede urbana está estruturada.

Para discutirmos a dinâmica urbano-regional no Piauí, passamos a avaliar aspectos de sua dinâmica sociodemográfica e socioeconômica, com base na sua distribuição segundo os diferentes níveis de hierarquia pelo território. Nossa investigação revelou um padrão caracterizado ao mesmo tempo por um caráter concentrado e disperso da dinâmica urbano-regional. A rede de cidades do Estado é capitaneada pelo AP de Teresina/PI, mas está integrada à rede de cidades comandadas pela metrópole de Fortaleza, CE.

Embora a capital estadual, na REGIC-2018 definida como Capital Regional A, concentre a maior parte dos fluxos socioeconômicos do Estado, verificou-se a relevância do segundo nível hierárquico de cidades, os Centros Sub-regionais A de Parnaíba, Floriano e Picos, cujas influências se manifestam em seus respectivos espaços sub-regionais. Em conjunto com Teresina, essas cidades formariam o primeiro escalão da rede urbana do Estado, com influência sobre a quase totalidade daquele território e maiores expressões demográfica e econômica.

Os Centros Sub-regionais B do Piauí parecem desempenhar um papel subsidiário na estruturação do espaço socioeconômico piauiense, atuando como centros intermediários, cuja maior dispersão pelo território conformam o que seria o segundo escalão desse sistema urbano. Por fim, os Centros de Zona e Centros Locais conformam o caráter disperso da dinâmica urbano-regional do Piauí, porém de relativa importância socioeconômica. É nesses dois grupos que se concentra mais de 90% da produção agropecuária do Estado, fator que coaduna com sua elevada participação da população vivendo na zona rural, alta dependência das atividades desempenhadas pelo setor público e menores níveis de atividade econômica.

Referências

- BRAGA, J. C. *et al.* Por uma Economia Política da Financeirização: teoria e evidências. **In:** PALLUDETTO, A. W.; OLIVEIRA, G. C.; DEOS, S. (Orgs.). Economia política do novo (a)normal do capitalismo: pandemia, incertezas e novos paradigmas. Curitiba, PR, CRV/ Campinas, SP, IE/Unicamp, 2021.
- BRANDÃO, C. A. Notas sobre a dimensão urbano-regional do desenvolvimento capitalista no Brasil. **In:** Desenvolvimento Regional: Análises do Nordeste e da Bahia. Salvador, v. 3, n. 30, p. 37-52, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), 2006.
- BRITO, F.; PINHO, B. A. Distribuição espacial da população, urbanização e migrações internas no Brasil. **Textos para discussão (TD)**, n. 524, Belo Horizonte-MG, Cedeplar/UFMG, 2015.
- CANO, W. Brasil – construção e desconstrução do desenvolvimento. **Economia e Sociedade**, Campinas, SP, v. 26, n. 2, p. 265–302, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8650933>>. Acesso em: 19 out. 2022.
- EGLER, C. As escalas da economia: uma introdução à dimensão territorial da crise. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, pp. 229-245, jul./set., 1991.
- FURTADO, C. **O capitalismo global**. São Paulo, : Paz e Terra, 1998.
- GONÇALVES, R. *et al.* **A nova Economia Internacional**: uma perspectiva brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Regiões de influência das cidades: 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Regiões de influência das cidades: 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE); UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP). **Redes urbanas regionais**: Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Brasília, IPEA, 2001. 263p. (Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil, 4).
- MACEDO, F. C. **Inserção externa e território**: impactos do comércio exterior na dinâmica regional e urbana no Brasil (1989-2008). 2010. 302f. Tese de Livre Docência, Campinas-SP, Instituto de Economia/Unicamp, 2010.
- MIRANDA, H.; GOMES JR. E. Urbanização reflexa: a emergência de arranjos urbanos intermediários no Brasil pós-1990. **EURE**, Santiago de Chile, v. 43, n. 130, pp. 207-234, set./2017.
- PORTO, L.; MACEDO, F. C. *Desempenho regional del mercado de trabajo formal en Brasil* (2002-2018). **Semestre Económico**, n. 24, v. 56, p. 299-323, jan./jun., 2021.

NOBRE, C. E.; CARVALHO, K. C. M. Regionalização do Piauí como estratégia de desenvolvimento territorial: considerações a partir da distribuição de recursos orçamentários. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros** – seção Três Lagoas, v. 1, n. 32, p. 183-217, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufms.br/index.php/RevAGB/article/view/10874>>. Acesso em: 17 fev. 2023.

PORTO, L. R.; MIRANDA, H. Novo padrão de crescimento e a hierarquia urbano-regional do Nordeste, Brasil, pós 1990. **Anais XVIII ENANPUR 2019**, Natal-RN, 2019. 26p. Disponível em: <<http://anpur.org.br/xviiienganpur/anais-sts>>. Acesso em: 17 dez. 2022.

PORTO, L. R. Considerações sobre a dinâmica urbano-regional brasileira após 1990: entre a teoria, o método e a análise. **Anais XIX ENANPUR**. Blumenau, SC, PPGDR/FURB, 2022. Disponível em: <https://www.sisgeenco.com.br/anais/enanpur/2022/arquivos/GT11_SEM_333_597_20211207152119.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2022.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO DO PIAUÍ (SEPLAN). **Parecer técnico: Região Metropolitana de Parnaíba**. Teresina, PI, SEPLAN/PI, 2022a.

SERFATI, C. *Transnacional corporations as financial groups. Work Organisation, Labour Organisation*, v. 5, n. 1, p. 10-38, 2011.

WERNER, Deborah. Rodadas de neoliberalização, provisão de infraestrutura e “efeito-China” no Brasil pós-1990. **EURE (Santiago)**, v. 46, n. 139, p. 143-162, 2020.